

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: “DE DENTRO PARA FORA”

YOUTH AND ADULT LITERACY: “FROM THE INSIDE OUT”

Organizadores:

Francisca Izabel Pereira Maciel

*Universidade Federal de Minas Gerais
emaildafrancisca@gmail.com*

Juliano Guerra Rocha

*Secretaria de Estado da Educação de Goiás e
Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO
professorjulianoguerra@gmail.com*

Sônia Maria dos Santos

*Universidade Federal de Uberlândia
soniaufu@gmail.com*

O título deste Editorial é inspirado no pensamento de Paulo Freire, publicado em sua obra *Educação e Mudança*. Ele nos diz: “a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas *de dentro para fora* pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador” (FREIRE, 1979, p. 72, grifos nossos). Dessa forma, o processo de alfabetização se faz *com* o educando, na *interação* e nos *diálogos* contínuos. Os métodos, os livros e as propostas didáticas só fazem sentido se apreenderem a realidade concreta dos educandos. Não é possível pensar num processo de alfabetização em que os alunos são apenas ouvidos atentos e passivos, tal como Freire (1987) mencionou. Esse educador também propõe que, pelo viés de uma educação libertadora, se fortaleça a “co-laboração”, a “união”, a “organização” e a “síntese cultural” (FREIRE, 1987).

A assertiva “de dentro para fora” também nos inspirou a reunir amigos (professores e pesquisadores) do campo da alfabetização, para um diálogo sobre o processo de ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita dos jovens e adultos. Esses professores e pesquisadores falam “de dentro” do campo: ou têm/tiveram a experiência em alfabetizar adultos, ou trabalham/trabalharam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou até mesmo atuam/atuarão no ensino, na pesquisa ou na extensão, nessa área, na universidade.

Vale aludir que os olhares “de dentro” propõem perspectivas “para fora”, na medida em que incitam o diálogo e a congregação de saberes e práticas

de diferentes campos do conhecimento, em favor do direito constitucional de todos serem alfabetizados, como bem nos ensinou nossa mestra Magda Soares.

Os textos aqui reunidos são escritos e publicados num momento em que a extrema direita está no poder. No que tange à alfabetização, as aspirações antidemocráticas deste governo se configuraram pela instituição da Política Nacional de Alfabetização (PNA), por meio do Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a). Embora os jovens e os adultos que não dominam a leitura e a escrita convencionalmente estejam incluídos como alvo das ações a serem implementadas por essa “política”, uma leitura atenta da legislação mostra a desatenção a esse público. O Caderno que explicita os desdobramentos da PNA (BRASIL, 2019b), publicado pelo Ministério da Educação em agosto de 2019, traz, em uma página, o consolidado de cinco parágrafos acerca do processo de alfabetização de jovens e adultos em nosso país¹. Ademais, seguindo um referencial estrangeiro e marcadamente calcado nas “evidências” da Psicologia Cognitiva, da Neurociência Cognitiva, e na Ciência Cognitiva da Leitura, a PNA equipara o processo de alfabetização da criança ao do adulto.

Sobre a PNA, desde a sua divulgação, diferentes professores e pesquisadores brasileiros se manifestaram publicamente acerca dessa política, que se constituiu como uma “‘guinada’ (ideo)metodológica para trás e pela direita” (MORTATTI, 2019, p. 26). A Edição Especial da *Revista Brasileira de Alfabetização*, número 10, de 2019, reuniu esses posicionamentos, sendo um Manifesto Coletivo a favor de uma alfabetização popular e plural, que não pode se sustentar pelas bases de uma “política” que não traduz a realidade brasileira e os anseios dos professores e alunos espalhados por este país.

Há que se lembrar que são 758 milhões de adultos “analfabetos” no mundo. Desse total, a parcela de 11,5 milhões são brasileiros com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever.

Todo esse panorama delinea a proposta do Dossiê Temático “Alfabetização de Jovens e Adultos”. O objetivo foi congregar professores e pesquisadores, problematizando questões sobre o ensino inicial da leitura e da escrita para jovens e adultos, a partir das experiências em diferentes grupos de pesquisas e localidades.

Inspirados em Paulo Freire, este Dossiê reúne oito textos que fazem uma análise crítica da alfabetização de jovens e adultos em diferentes territórios e tempos, de modo a considerá-la “um ato político, jamais como um *quefazer* neutro” (FREIRE, 2001, p. 28, grifos do autor).

1 Para uma análise sobre a alfabetização de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização, cf. Maciel e Resende (2019).

Marta Lima de Souza, que atua como professora no Rio de Janeiro, abre o Dossiê com o texto intitulado **“Alfabetização de jovens e adultos: negações, resistências e desafios”**. A autora propõe uma análise crítica sobre aspectos do analfabetismo e da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, fazendo um debate sobre o letramento como uma forma de resistência para se pensar a participação do sujeito que não sabe ler e escrever nas práticas cotidianas. Propõe também uma reflexão sobre a formação do professor alfabetizador de jovens e adultos e a sistematização de políticas públicas específicas para a alfabetização desses sujeitos. Dessa maneira, alerta que a “alfabetização precisa ter como ponto de partida as especificidades de jovens e adultos, suas identidades culturais, o que fazem com a escrita e o que a escrita faz com eles em sociedades grafocêntricas. Precisa ir além da questão técnica, possibilitando o diálogo da escrita da vida com a escrita da escola na interação humana e na ampliação do direito à educação de milhões de pessoas maiores de 15 anos, sob pena de ratificarem as exclusões socioeconômicas, reiterando a negação do direito à educação de jovens e adultos”.

Leila Britto de Amorim Lima e Telma Ferraz Leal, professoras em Recife, no artigo **“Práticas de letramento dos estudantes jovens e adultos no espaço escolar: expectativas, tensões e resistências”**, discutem os “usos simbólicos da escrita e os conceitos de letramento; os usos escolares da língua escrita e as relações de representações e expectativas atribuídas aos sujeitos jovens e adultos no processo de escolarização e a discussão de alguns eventos de letramento escolares, assim como as tensões produzidas entre as atividades propostas e as ressignificações feitas pelos estudantes”. Trazendo as vozes de estudantes da EJA, as autoras mostram os sentidos atribuídos por eles sobre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

Juliane Gomes de Oliveira e Francisca Izabel Pereira Maciel, ambas professoras em Minas Gerais, divulgam o texto **“O programa de escrita inventada na alfabetização de jovens e adultos: uma análise sobre a escrita de palavras”**. Com uma pesquisa pioneira no campo da EJA, Maciel e Oliveira buscaram analisar e compreender o processo de aprendizagem inicial da aquisição da escrita em adultos, a partir de um Programa de Intervenção com Escrita Inventada. Seguindo os princípios de Freire, as autoras apresentam a importância da alfabetização de adultos, enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometido com o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da palavra, propulsor de (re)construções e ressignificações. A investigação “foi realizada em três turmas do ensino fundamental da EJA, situadas em três escolas distintas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte”. As autoras explicitam, no texto, os testes aplicados pelo Programa de Intervenção com Escrita Inventada, que tomaram como referência os

estudos de Margarida Alves Martins, professora do Departamento de Psicologia da Educação/Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA/Lisboa.

Na sequência, há um bloco com três textos que trazem elementos da história da alfabetização de jovens e adultos em três localidades do Brasil: Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

Tomando como referência o recorte temporal dos textos, inicialmente, temos o artigo **“Alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal – disputas de concepções nas décadas de 1950 a 1990”**, de Cláudia Borges Costa, Leila Maria de Jesus Oliveira e Maria Margarida Machado, professoras em Goiás. A proposta do texto foi reconstituir “a história da alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal (DF). No artigo, as autoras destacaram, “entre as práticas de alfabetização voltadas para jovens e adultos trabalhadores no DF, ações de alfabetização de adultos, no contexto do final dos anos 1950 e início de 1960, utilizando-se ou não do referencial freiriano, e que foram repreendidas, principalmente pelos governos do Regime Militar, após o Golpe de 1964. Por outro lado, o Mobral tornou-se o movimento de alfabetização oficial, cuja proposta principal resguardava os interesses da Teoria do Capital Humano, presente nas reformas educacionais do contexto do Regime Militar”.

“Benedito e Jovelina: a história da alfabetização de trabalhadores rurais em Goiás nos anos sessenta (Século XX)” é de autoria de Maria Emilia de Castro Rodrigues, Juliano Guerra Rocha e Diane Valdez, professores em Goiás. Os autores analisaram a história da alfabetização de adultos em Goiás, a partir da materialidade do Conjunto Didático *Benedito e Jovelina*, organizado pelo Movimento de Educação de Base de Goiás em 1964, no contexto das Escolas Radiofônicas. *Benedito e Jovelina* é um material “eminentemente goiano” e “baseado no sistema Paulo Freire”. Rodrigues, Rocha e Valdez ressaltaram que esse Conjunto Didático “não se constituiu como uma cartilha de alfabetização, um livro de leitura ou um livro/caderno de atividades; também não foi resultado de uma autoria específica, mas, sim, de um grupo de educadoras/es e trabalhadoras/es rurais, em um movimento coletivo de pesquisas, diagnósticos da realidade e experiências nas comunidades rurais goianas”.

Escrito por Fernanda Afonso Bernardes e Sônia Maria dos Santos, professoras em Uberlândia/MG, o texto intitulado **“A alfabetização de jovens e adultos no município de Uberlândia (1990 a 2005)”** objetivou analisar o processo de alfabetização de jovens e adultos no município de Uberlândia, sob uma vertente historiográfica, entre os anos de 1990 a 2005. As autoras concluíram, a partir das fontes consultadas, que “a educação foi e continua sendo vista como mercadoria, uma vez que propõe a escolarização como forma de inclusão no mercado de trabalho. Apesar de, nas últimas décadas,

terem ocorrido avanços no âmbito das políticas públicas educacionais no campo da EJA, constatou-se que tal modalidade ainda não está consolidada nem mesmo nos cursos de formação de professores, o que fica evidenciado pela interrupção de políticas públicas e projetos que possuíam um bom fundamento e intencionalidade, a cada mudança de governo uberlandense”.

Os dois textos que encerram este dossiê são análises de aspectos da alfabetização de jovens e adultos na Argentina. Silvana Oliveira Biondi e Francisca Izabel Pereira Maciel, respectivamente professoras na Bahia e em Minas Gerais, analisaram duas **“Propostas didáticas para alfabetização de jovens e adultos no Brasil e na Argentina: os programas ‘Brasil alfabetizado’ e ‘Encuentro’”**. Biondi e Maciel discutem qual “base teórico-metodológica assentam as propostas alfabetizadoras e, conjugado a isso, como esse episteme se operacionaliza nas atividades didáticas produzidas e aplicadas nos dois programas”. Os livros didáticos dessas propostas foram analisados. “Inicialmente, revelam uma caracterização semelhante e aproximam-se do trabalho desenvolvido por Paulo Freire na sua experiência alfabetizadora com adultos que, sistematicamente, apresentava-se com a sequenciação das atividades com uso da palavra geradora com uma escala progressiva de apresentação das famílias silábicas, a fim de ser compreendido o processo de formação das palavras”.

O último texto do dossiê trata de uma entrevista com María del Carmen Lorenzatti, professora da Universidad Nacional de Córdoba e da Universidad Nacional de Chilecito, na Argentina. Os brasileiros, Juliano Guerra Rocha e Silvana Oliveira Biondi, promoveram um diálogo com essa pesquisadora, acerca da **“Alfabetização de adultos e o direito à educação na Argentina”**. Lorenzatti “apresenta reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem de pessoas não alfabetizadas, enfatizando a importância de o educador orientar para uma realidade na qual se insere o adulto com o propósito de ajudá-lo a ter consciência do seu lugar no mundo”.

Por fim, a leitura dos textos mostra-nos que uma das palavras (ou suas derivações sinônimas) que foi mencionada repetidas vezes nos artigos deste Dossiê foi RESISTÊNCIA. Notamos que não se tratou da banalização de um vocábulo, e, sim, de um convite para a luta. Resistência é uma palavra que sempre orientou as nossas práticas enquanto educadores e pesquisadores do campo da EJA. No atual momento político do Brasil, mais do que nunca, resistir é uma (re)afirmação às nossas convicções em defesa de uma educação pública, popular, laica e para todos.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

_____. *PNA – Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia da Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2001.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; RESENDE, Valéria Barbosa de. Alfabetização de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Associação Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, Edição Especial, jul./dez. 2019, p. 129-133.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (BRASIL, 2019): uma “guinada” (ideo)metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Associação Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, Edição Especial, jul./dez. 2019, p. 129-133.